

PROCESSO TCE/AC 124.424
ENTIDADE: Instituto de Administração Penitenciária - IAPEN
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas do Instituto de Administração Penitenciária - IAPEN, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2016.
RESPONSÁVEL: Martin Fillus Cavalcante Hessel
CONTABILISTA: Helison Lima da Silva - CRC: AC-001546/O
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

ACÓRDÃO Nº 11.466/2019 PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Instituto de Administração Penitenciária - IAPEN. Exercício de 2016. **Irregular.** Arquivamento dos Autos.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator: com fundamento no artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, considerar **IRREGULAR** a Prestação de Contas do Instituto de Administração Penitenciária - IAPEN, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2016, de responsabilidade do Sr. **Martin Fillus Cavalcante Hessel**, Diretor Presidente em 2016, em razão das seguintes irregularidades: 1.1) Empenhos emitidos posteriormente à efetiva realização das despesas; 1.2) Pagamento de despesas de exercícios anteriores registrado como despesas do exercício corrente, ferindo o disposto no art. 37 da Lei nº 4.320/64; 1.3) Registro em um único empenho, de despesas de exercícios diferentes, distorcendo o regime contábil de competência do exercício; 1.4) Realização de despesa sem prévio empenho; 1.5) Ausência de Controle Interno na Entidade. Pelas **ressalvas** dos seguintes itens em face da não demonstração nos autos de eventuais prejuízos em face da falha formal apontada: 2.1) Ausência de solicitação formal (requisições ou outro documento equivalente) para fornecimento; 2.2) Não realização de pesquisas de preços de preços; 2.3)

Empenhos emitidos posteriormente à efetiva realização da despesa; 2.4) Ausência de numeração de páginas em processo administrativo; 2.5) Ausência de termo de referência em algumas contratações; 2.6) **Por maioria**, nos termos do voto do **Conselheiro José Augusto Araújo de Faria**, seguido pela Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo e pela Conselheira Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza, aplicar multa ao Senhor **Martin Fillus Cavalcante Hessel**, Diretor Presidente do IAPEN à época, no valor de R\$ 14.280,00 (quatorze mil duzentos e oitenta reais), em face dos atos irregulares praticados conforme descrito anteriormente, o que caracterizam grave infração à norma legal, conforme previsto no inciso II, do artigo 89, da LCE nº 38/93 e ao Senhor **Helison Lima da Silva**, responsável pela Contabilidade do IAPEN à época, no valor de R\$ 7.140,00 (sete mil cento e quarenta reais), em razão da não contabilização das despesas executadas no exercício de 2016, na data oportuna (item 2.19 do Relatório Técnico, fls. 2278/2279) o que caracteriza grave infração à norma legal, de acordo com o previsto no inciso II, do artigo 89, da LCE nº 38/93; 2.8) Pela notificação dos responsáveis do resultado deste julgamento; 2.9) Pela notificação do atual Gestor para corrigir as irregularidades e falhas formais identificadas nas próximas edições da espécie. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco - Acre, 03 de outubro de 2019.

Cons. **Valmir Gomes Ribeiro**
Presidente

Cons. **Ronald Polanco Ribeiro**
Relator

Cons. **José Augusto Araújo de Faria**

Cons^a. **Dulcinéia Benício de Araújo**

Cons^a. Naluh Maria Lima Gouveia

**Cons^a. Sub. Maria de Jesus
Carvalho de Souza**

Fui presente:

Dr. Sérgio Cunha Mendonça
Procurador Chefe do MPC

PROCESSO TCE/AC 124.424
ENTIDADE: Instituto de Administração Penitenciária - IAPEN
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas do Instituto de Administração Penitenciária - IAPEN, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2016.
RESPONSÁVEL: Martin Fillus Cavalcante Hessel
CONTABILISTA: Helison Lima da Silva - CRC: AC-001546/O
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

RELATÓRIO

1. Trata-se da Prestação de Contas do Instituto de Administração Penitenciária - IAPEN, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2016, de responsabilidade do Sr. **Martin Fillus Cavalcante Hessel**, Diretor Presidente em 2016.
2. O Corpo técnico do TCE/AC emitiu relatórios técnicos às fls. 1.684 a 1.747 e 2.269 a 2.282.
3. Devidamente citados: Senhor Martin Fillus Cavalcante Hessel, Diretor-Presidente do Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Acre – IAPEN à época (fls. 1.756), a Sra. Maria Somária Teixeira Nunes Gerente Financeira à época (fls. 1.755), Sr. Helison Lima da Silva Contador (fls. 1.754) à época e o Sr. Erik Mauricio Leite da Costa, Coordenador de Almoxarifado, Patrimônio e Logística (fls. 1.753) à época, Martin Fillus Cavalcante Hessel, Erik Mauricio Leite da Costa e Helison Lima da Silva, apresentaram defesa de fls. 1.766 a 2.248 e Maria Somária Teixeira Nunes não apresentou defesa conforme certidão de fls. 2.251.
4. Pronunciamento do Ministério Público Especial às fls. 2.288 a 2.290.

É o sucinto relatório.

Rio Branco - Acre, 03 de outubro de 2019.

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**
Relator

PROCESSO TCE/AC 124.424
ENTIDADE: Instituto de Administração Penitenciária - IAPEN
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas do Instituto de Administração Penitenciária - IAPEN, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2016.
RESPONSÁVEL: Martin Fillus Cavalcante Hessel
CONTABILISTA: Helison Lima da Silva - CRC: AC-001546/O
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

VOTO

O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO RONALD POLANCO RIBEIRO
(Relator):

1. Analisando os autos verifica-se que as irregularidades apontadas pela área técnica, como motivadoras da reprovação da prestação de contas seriam decorrentes de:

1.1. Empenhos emitidos posteriormente à efetiva realização das despesas, nos Contratos nºs 225/2010 e 044/2016, infringindo o disposto no art. 60, caput, da Lei nº 4.320/64 e no item VI da ON/CGE-AC nº 004/2011.

1.2. Pagamento de despesas de exercícios anteriores, no valor de **R\$ 1.370.330,50**, registrado como despesas do exercício corrente, ferindo o disposto no art. 37 da Lei nº 4.320/64.

1.3. Ausência de requisições para o fornecimento de alimentação preparada, objeto do Contrato 225/2010, emitidas pela Gerência Financeira ou por funcionário devidamente autorizado, descumprindo exigências do tópico 11 do Termo de Referência do Pregão Presencial nº 080/2010 e da cláusula quinta da Ata de Registro de Preços nº 028/2010.

1.4. Não realização de pesquisa de preços de mercado demonstrando a vantajosidade da manutenção do Contrato nº 07/2014, contrariando o disposto no art. 14, § 3º da IN/CGE-AC nº 001/2014 e nos itens III, IV e V da ON/CGE-AC nº 006/2014.

1.5. Empenhos emitidos posteriormente à efetiva realização da despesa, no Contrato nº 07/2014, infringindo o disposto no art. 60, caput, da Lei nº 4.320/64 e no item VI da ON/CGE-AC nº 004/2011.

1.6. Ausência de numeração nas páginas do Processo Administrativo nº 022/2016, contrariando o disposto no art. 42 da IN/CGE-AC nº 002/2013.

1.7. Contrato nº 06/2016 sem Termo de Referência com a caracterização do objeto a ser adquirido, descrito de forma clara e objetiva, bem como, com a definição da quantidade a ser adquirida em função do consumo e utilização prováveis, infringindo o disposto no art. 15, § 7º, inciso II da Lei nº 8.666/93, no art. 18, § 2º do Decreto Estadual nº 5.967/2010 e, no item IV da ON/CGE-AC nº 008/2013.

1.8. Registro em um único empenho, de despesas de exercícios diferentes, distorcendo o regime contábil de competência do exercício, descumprindo a autorização legislativa prevista na Lei Orçamentária Anual e ferindo o disposto no art. 37 da Lei nº 4.320/64.

1.9. Ausência de solicitação formal dos pedidos dos produtos do Contrato nº 06/2016, contrariando o disposto na cláusula 7.1 da Ata de Registro de Preços nº 77/2015.

1.10. Realização de despesa sem prévio empenho, no valor total de **R\$ 6.561.329,42**, infringindo o disposto no art. 60 da Lei nº 4.320/64 e no item VI da Orientação da Controladoria Geral do Estado nº 004/2011.

1.11. Ausência de Controle Interno na Entidade, infringindo o disposto no art. 74 da CF/88, no art. 64, Constituição Estadual de 1989, no art. 5º, Decreto Estadual nº 3.847/2009 e no art. 1º Resolução TCE/AC nº 76/2012.

2. No tocante aos subitens 1.3 a 1.7 e subitem 1.9 deste voto opino pela ressalva dos itens por considerar que não restaram comprovados pela análise técnica prejuízos em face da falha formal apontada.

3. Ante o exposto, consubstanciado no parecer ministerial e no relatório conclusivo de análise técnica, **VOTO:**

- 3.1. Nos termos da alínea 'b', inciso III, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, pela emissão de **Acórdão** considerando **IRREGULAR** a Prestação de Contas do Instituto de Administração Penitenciária - IAPEN, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2016, de responsabilidade do senhor **Martin Fillus Cavalcante Hessel**, Diretor Presidente em 2016, em razão das seguintes irregularidades:
- 3.1.1. Empenhos emitidos posteriormente à efetiva realização das despesas.
- 3.1.2. Pagamento de despesas de exercícios anteriores registrado como despesas do exercício corrente, ferindo o disposto no art. 37 da Lei nº 4.320/64.
- 3.1.3. Registro em um único empenho, de despesas de exercícios diferentes, distorcendo o regime contábil de competência do exercício.
- 3.1.4. Realização de despesa sem prévio empenho.
- 3.1.5. Ausência de Controle Interno na Entidade.
- 3.2. Pela **ressalva** dos seguintes itens em face da não demonstração nos autos de eventuais prejuízos em face da falha formal apontada:
- 3.2.1. Ausência de solicitação formal (requisições ou outro documento equivalente) para fornecimento.
- 3.2.2. Não realização de pesquisas de preços de preços.
- 3.2.3. Empenhos emitidos posteriormente à efetiva realização da despesa.
- 3.2.4. Ausência de numeração de páginas em processo administrativo.
- 3.2.5. Ausência de termo de referência em algumas contratações.
- 3.3. Pela aplicação de multa ao Senhor **Martin Fillus Cavalcante Hessel**, Diretor Presidente do IAPEN a época, no valor de R\$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais), em face dos atos irregulares praticados conforme descrito anteriormente, o que caracterizam grave infração à norma legal, conforme previsto no inciso II, do artigo 89, da LCE nº 38/93.
- 3.4. Pela aplicação de multa ao Senhor **Helison Lima da Silva**, responsável pela Contabilidade do IAPEN à época, no valor de R\$ 3.570,00 (três mil

quinhentos e setenta reais), em razão da não contabilização das despesas executadas no exercício de 2016, na data oportuna (item 2.19 do Relatório Técnico, fls. 2278/2279) o que caracteriza grave infração à norma legal, de acordo com o previsto no inciso II, do artigo 89, da LCE nº 38/93.

- 3.5. Pela notificação dos responsáveis do resultado deste julgamento.
- 3.6. Pela notificação do atual Gestor para corrigir as irregularidades e falhas formais identificadas nas próximas edições da espécie.
- 3.7. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como Voto.

Rio Branco - Acre, 03 de outubro de 2019.

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**
Relator